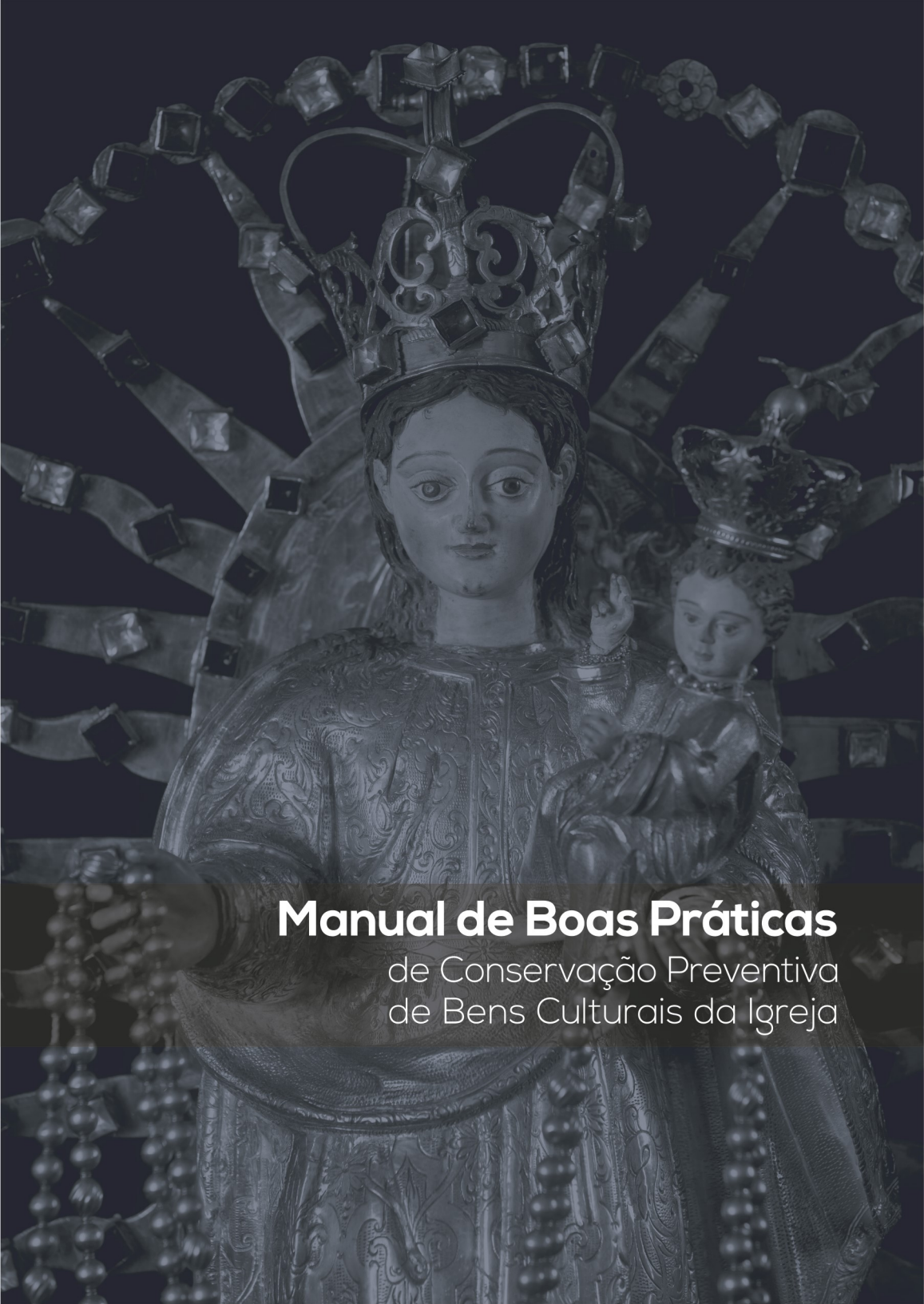




Manual de Boas Práticas

de Conservação Preventiva
de Bens Culturais da Igreja



Manual de Boas Práticas

de Conservação Preventiva
de Bens Culturais da Igreja

Título Manual de Boas Práticas de Conservação Preventiva de Bens Culturais da Igreja

Coordenação Laura Portugal Romão, Sandra Costa Saldanha

Revisão científica Carlos Costa, Cristina Oliveira, Eva Raquel Neves, Joaquim Inácio Caetano, Laura Portugal Romão, Susana Ferreira Matos

Revisão editorial Rui Almeida, Ruy Ventura

Ilustrações Miguel Cardoso

Fotografias Comissão de Arte Sacra e Bens Culturais da Diocese de Bragança-Miranda; Comissão Diocesana para os Bens Culturais da Igreja da Diocese de Santarém; Departamento do Património Cultural da Diocese de Leiria-Fátima; Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu; Comissão de Infraestruturas e Bens Culturais da Diocese do Porto; Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora; Irmandade dos Clérigos, Porto; Tesouro-Museu da Sé de Braga; Joaquim Inácio Caetano; Laura Portugal Romão; Miguel Cardoso; Nuno Saldanha; Ricardo Perna

Edição Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja

Design Terra das Ideias

Paginação PHDesign

ISBN
978-989-99967-6-2

Depósito legal
475906/20

1ª edição
Dezembro 2020

Por razões de segurança, não é identificada a localização dos objectos e locais representados nas imagens publicadas. As fotografias utilizadas são meramente ilustrativas e pretendem clarificar as diferentes patologias, operações e recomendações descritas ao longo do texto. O Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja agradece a todos os organismos que colaboraram na elaboração deste Manual, bem como às instituições que cederam as imagens publicadas.

7	Apresentação
9	Introdução
13	PRINCIPAIS FACTORES DE RISCO
16	Temperatura e humidade
19	Luz
22	Poluentes
26	Infestações
31	Ação humana
31	Intervenções desadequadas
34	Roubos e vandalismo
35	Catástrofes
37	BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA
38	Equipamentos
41	Vigilância e acessos
44	Encerramento da igreja
45	Controlo de chaves
46	Inventário
47	Obras no edifício
49	EDIFÍCIO
50	Vistoria e identificação de problemas
52	Recomendações de manutenção
52	Zona envolvente
54	Coberturas
56	Paredes exteriores
58	Paredes interiores
60	Pavimentos
61	Janelas e vidros
62	Instalações eléctricas

65	PATRIMÓNIO MÓVEL E INTEGRADO
66	Recomendações gerais
66	Verificação do estado de conservação
67	Limpeza de manutenção
70	Manuseamento
72	Empréstimos
73	Transporte
75	Acondicionamento em depósito
80	Procições
83	Mobiliário e talha
84	Caracterização material
85	Identificação de problemas
87	Recomendações específicas
91	Imaginária
92	Caracterização material
92	Identificação de problemas
94	Recomendações específicas
99	Pintura
100	Caracterização material
101	Identificação de problemas
103	Recomendações específicas
107	Ourivesaria
108	Caracterização material
109	Identificação de problemas
110	Recomendações específicas
115	Têxteis
116	Caracterização material
117	Identificação de problemas
119	Recomendações específicas
125	Livros e documentos
126	Caracterização material
128	Identificação de problemas
130	Recomendações específicas

137	Pintura mural
138	Caracterização material
139	Identificação de problemas
140	Recomendações específicas
143	Azulejaria
144	Caracterização material
145	Identificação de problemas
146	Recomendações específicas
149	Pedra
150	Caracterização material
151	Identificação de problemas
152	Recomendações específicas
156	Materiais básicos
159	Glossário*
168	Legislação
169	Documentação
170	Bibliografia
173	Contactos

* Encontram-se assinaladas ao longo do texto as expressões descritas no glossário final deste Manual



Introdução

Uma significativa parcela dos bens culturais em Portugal pertence ou encontra-se sob a tutela da Igreja Católica, que os preservou ao longo do tempo para uso litúrgico, para instrução ou catequização dos fiéis, com a responsabilidade de garantir a sua manutenção e salvaguarda. O presente *Manual de Boas Práticas*, que se pretende objectivo e de fácil consulta, foi pensado para ajudar as paróquias, confrarias, irmandades e outras comunidades religiosas a proteger e conservar este valioso património. Conscientes de que a implementação de normas diminui as probabilidades de riscos, apresenta um conjunto de orientações e procedimentos destinados a auxiliar os seus fiéis depositários no uso, preservação e protecção dos bens culturais da Igreja. Só deste modo se respeitará um legado herdado dos nossos antepassados e que é nossa responsabilidade transmitir, nas melhores condições, ao futuro.

Importa, assim, começar por explicar o que se entende por conservação preventiva, conceito no qual assenta este Manual. A conservação dos bens culturais (edifícios, esculturas, talha, mobiliário, pinturas, azulejos, paramentos, livros, ourivesaria, etc.) tem como objectivo prolongar a sua existência. Tal obriga a um conjunto de esforços cuidados, conscientes e controlados, quer no ambiente que envolve esses bens, quer directamente nos objectos. Respeitando-se a antiguidade e o valor artístico das peças, tem-se em conta a sua vulnerabilidade* que, todavia, deriva da sua condição material, da sua fruição cultural ou da sua utilização litúrgica. Se é certo que deverão existir orientações e cuidados específicos para o manuseamento deste património, a sua funcionalidade primordial não deve, na maior parte dos casos, ser posta em causa.

Entende-se por preservar, não apenas a manutenção dos objectos em boas condições de utilização, mas também, num sentido mais lato, a necessidade de assegurar a sua fruição futura, evitando o aparecimento de problemas e garantindo a manutenção dos seus valores históricos e identidade artística. Deste modo, o objectivo da conservação preventiva assenta no planeamento de um conjunto de medidas que, não incidindo directamente nas obras, as salvaguardam. As medidas aconselháveis, que podem ser postas em prática, estão directamente relacionadas com a criação de condições ambientais adequadas. Assim se previne o aparecimento de danos, evitando, não apenas perdas de valor, mas também trabalhos mais complexos e dispendiosos de restauro.

O restauro, por outro lado, assenta num conjunto de procedimentos que implicam a intervenção directa sobre o suporte material do objecto. Pode resumir-se a uma limpeza (simples ou química), ou envolver uma intervenção mais profunda e estrutural, com preenchimentos, reintegração de lacunas*, reconstituições*, aplicação de vernizes de protecção, entre outros. Estas operações curativas mais complexas, de conservação e restauro, deverão ser sempre asseguradas por técnicos qualificados, devidamente formados e com provas dadas. É, assim, reprovável o recurso ao trabalho de pessoas sem formação (voluntários, artesãos, ou oficinas não credenciadas). Ainda que bem intencionadas, estas intervenções culminam, na esmagadora maioria dos casos, na desvirtuação de peças antigas, desrespeitando a sua História ou o trabalho original do artista que as concebeu.

Como veremos, existem diversas acções de carácter preventivo que, se forem colocadas em prática, beneficiam a conservação do património e permitem evitar o restauro, não havendo lugar a gastos desnecessários. Poderão ser asseguradas por pessoas directamente relacionadas com as instituições detentoras, zeladores e colaboradores de absoluta confiança, com sensibilidade para o cuidado dos bens culturais.

Com vista a um melhor enquadramento das diferentes orientações propostas, este Manual inicia-se com uma apresentação dos problemas mais frequentes (patologias, factores de degradação, etc.), seguindo-se uma série de operações práticas, passíveis de serem implementadas, quotidianamente, por todos quantos zelam pelo património da Igreja, que é também de toda a comunidade.

Laura Portugal Romão
Sandra Costa Saldanha